

EUGÊNIO PACELLI

**CURSO DE
PROCESSO
PENAL**

24ª edição
revista, atualizada e reformulada



atlas

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 19.11.2019
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2020 by
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nébias, 1384
São Paulo – SP – 01203-904
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

P115c
Pacelli, Eugênio

Curso de Processo Penal / Eugênio Pacelli. – 24. ed. – São Paulo: Atlas, 2020.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-97-02341-1

1. Direito penal – Brasil. 2. Processo penal – Brasil. I. Título.

19-60543

19-60543

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária CRB-7/6439

Sumário

Introdução	1
1 O Processo Penal Brasileiro	5
1.1 O Código de Processo Penal	5
1.2 A Constituição da República de 1988 e o Processo Constitucional.....	7
1.3 O sistema acusatório	8
1.4 Sistemas processuais incidentes: o modelo brasileiro.....	11
2 Leis e Processo Penal no Tempo e no Espaço	15
2.1 Tratados e convenções internacionais.....	15
2.2 A jurisdição dos tribunais penais internacionais	16
2.3 Leis processuais no espaço e no tempo.....	19
3 Sistema dos Direitos e Princípios Fundamentais	27
3.1 Estado Democrático de Direito e postulados de interpretação.....	27
3.2 Garantismo e intervenção penal.....	28
3.3 A base ou estrutura principiológica	30
3.3.1 O justo processo: devido processo legal.....	31
3.3.1.1 Juiz natural	31
3.3.1.2 Direito ao silêncio e não autoincriminação	34
3.3.1.3 Contraditório.....	36
3.3.1.4 Ampla defesa	37
3.3.1.5 Estado ou situação jurídica de inocência	39
3.3.1.6 Vedação de revisão <i>pro societate</i>	41
3.3.1.7 Inadmissibilidade das provas obtidas ilicitamente.....	43
4 A Fase Pré-Processual: a Investigação Criminal	45
4.1 Inquérito policial	48

X Curso de Processo Penal - Pacelli

4.1.1	Procedimento	52
4.1.2	Poder de polícia e representação ao juiz: capacidade postulatória?...	56
4.1.3	Arquivamento	57
4.1.3.1	Arquivamento indireto	62
4.1.3.2	Conflito de atribuições no âmbito do Ministério Público.....	63
4.1.4	Inquérito policial e extinção da punibilidade.....	64
4.2	Investigações administrativas	69
4.3	Lei de Abuso de Autoridade.....	78
5	Da Ação Penal.....	81
5.1	A estrutura dialética do processo: potencialização da ampla defesa	81
5.2	Ação e processo.....	84
5.2.1	Pretensão e lide.....	85
5.3	Condições da ação.....	87
5.3.1	Interesse de agir.....	87
5.3.2	Legitimidade	89
5.3.3	Possibilidade jurídica do pedido	90
5.3.4	Condições de procedibilidade	91
5.3.5	A justa causa	94
5.4	Pressupostos processuais	96
5.4.1	Pressuposto de existência.....	97
5.4.2	Requisitos de validade	98
5.5	Ação penal pública incondicionada	100
5.5.1	Ação (penal) popular e crime de responsabilidade	100
5.5.2	Ação penal pública incondicionada: princípio fundamental: a obrigatoriedade.....	102
5.5.3	Indisponibilidade e outras regras processuais.....	105
5.5.4	Crterio de definição da legitimação ativa	106
5.5.5	Discrecionariiedade regrada.....	106
5.6	Ação penal pública condicionada.....	108
5.6.1	Prazo decadencial da representação	111
5.6.2	Capacidade ou legitimação para representar.....	111
5.6.3	Retratação.....	112
5.6.4	Legitimação concorrente ou alternativa?	113
5.7	Ação penal privada.....	114
5.7.1	Legitimação ativa	116
5.7.2	Disponibilidade	118
5.7.2.1	Renúncia.....	118
5.7.2.2	Perempção e desistência.....	121
5.7.2.3	Perdão	121
5.7.3	Indivisibilidade	123
5.7.4	Decadência.....	126
5.7.5	Crimes contra a dignidade sexual.....	127
5.8	Ação privada personalíssima	128
5.9	Ação privada subsidiária da pública	129

5.10	Denúncia e queixa	132
5.10.1	Crimes coletivos e individualização da conduta	132
5.10.2	Acusação genérica e acusação geral.....	133
5.10.3	Aditamento	134
5.10.4	Litisconsórcio.....	136
5.10.5	Prazo	136
5.10.6	Capitulação	137
5.10.7	Rejeição	138
5.10.8	Omissões	140
5.11	Extinção da punibilidade.....	140
6	Ação Civil Ex Delicto	143
6.1	Generalidades.....	143
6.2	Prejudicialidade	145
6.3	Objeto.....	146
6.4	Legitimação	147
6.5	Subordinação temática e eficácia preclusiva	147
6.5.1	Nas decisões condenatórias	147
6.5.2	Nas decisões absolutórias.....	148
6.5.3	A negativa de autoria	150
6.6	Responsabilidade civil de terceiros	151
6.7	A legitimação do Ministério Público	153
7	Jurisdição e Competência	155
7.1	Jurisdição e repartição de competência	155
7.2	Juiz natural e competência absoluta: competência de jurisdição	157
7.3	Prerrogativa de função (<i>ratione personae</i>)	158
7.3.1	Crimes comuns e crimes de responsabilidade	159
7.3.2	Critério da simetria.....	161
7.3.3	Critério de regionalização.....	165
7.3.3.1	Deputados Estaduais e Prefeitos	165
7.3.3.2	A extensão dos foros privativos nas Constituições Estaduais.....	166
7.3.4	Prerrogativa de função e natureza do crime.....	170
7.3.5	Processo e procedimentos.....	171
7.3.5.1	Competência originária	171
7.3.5.2	O exercício efetivo do cargo.....	172
7.3.5.3	Foro privativo e procedimento	175
7.3.5.4	Prerrogativa de função, concurso de agentes e concurso de crimes	175
7.4	Imunidades materiais e imunidades formais ou processuais	179
7.5	Competência em razão da matéria (<i>ratione materiae</i>)	182
7.5.1	Competência da Justiça Federal	182
7.5.1.1	A casuística constitucional	190
7.6	Competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral	199
7.7	A competência territorial	201
7.7.1	Competência relativa e competência absoluta	202

XII Curso de Processo Penal • Pacelli

7.7.2	Crítérios de determinação da competência infraconstitucional.....	203
7.7.2.1	O lugar	203
7.7.2.2	A natureza da infração	206
7.7.2.3	O domicílio ou residência do réu.....	207
7.7.2.4	A prevenção.....	207
7.7.2.5	A distribuição.....	209
7.8	Modificação de competência e <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	209
7.8.1	Desclassificação	213
7.8.2	Conexão.....	217
7.8.3	Continência.....	218
7.8.4	Unidade de processo e de julgamento	219
7.8.5	Eleição do juízo prevalente	220
7.8.6	Separação de processos conexos e/ou continentes	224
7.8.7	Prorrogação de competência	224
8	Das Questões e Processos Incidentes	225
8.1	Das questões prejudiciais.....	225
8.2	Dos processos incidentes.....	227
8.2.1	Das exceções	227
8.2.1.1	Exceção de suspeição, impedimento ou incompatibilidade	229
8.2.1.2	Exceção de incompetência	231
8.2.1.3	Demais exceções.....	233
8.3	Do conflito de jurisdição	234
8.4	Da restituição de coisas apreendidas.....	239
8.5	Das medidas assecuratórias.....	241
8.5.1	Sequestro	242
8.5.2	Especialização de hipoteca.....	244
8.5.3	Arresto	244
8.5.4	Medidas assecuratórias previstas na lavagem de dinheiro e ativos (Lei nº 9.613/98, com redação dada pela Lei nº 12.683/12)	245
8.5.5	Da alienação antecipada de bens arrestados, hipotecados ou objeto de sequestro – Lei nº 12.694/12	245
8.6	Do incidente de falsidade	247
8.7	Da insanidade mental do acusado.....	247
9	Da Prova	251
9.1	Teoria da prova	251
9.1.1	O mito e o dogma da verdade real.....	255
9.1.2	A distribuição do ônus da prova e a iniciativa probatória do juiz	256
9.1.3	O livre convencimento motivado e a íntima convicção.....	260
9.1.3.1	A prova tarifada ou sistema das provas legais	260
9.1.3.2	O livre convencimento motivado: persuasão racional... ..	261
9.1.3.3	Hierarquia e especificidade de provas.....	262
9.1.4	Direito e restrições à prova	263
9.1.4.1	A inadmissibilidade das provas ilícitas	264
9.1.4.2	A teoria dos frutos da árvore envenenada	277

9.1.4.3	A teoria do encontro fortuito de provas	279
9.1.4.4	A prova ilegítima: a prova emprestada	281
9.1.4.5	O aproveitamento da prova com exclusão da ilicitude	282
9.1.4.6	O aproveitamento da prova ilícita: proporcionalidade, proibição de excesso (vedação de proteção deficiente?)	285
9.2	Meios de prova	289
9.2.1	Do interrogatório	289
9.2.1.1	Direito ao silêncio e não autoincriminação	292
9.2.1.2	Intervenções corporais	297
9.2.1.3	Procedimento	307
9.2.2	Da confissão	315
9.2.3	Da prova testemunhal	315
9.2.3.1	Capacidade para testemunhar	316
9.2.3.2	O compromisso de dizer a verdade	317
9.2.3.3	Dispensa do dever de depor	317
9.2.3.4	Proibição do testemunho	318
9.2.3.5	Testemunhas, declarantes, informantes e outros	319
9.2.3.6	Regras procedimentais gerais	321
9.2.3.7	Proteção à testemunha: Lei nº 9.807/99	324
9.2.4	Da prova pericial	326
9.2.4.1	O exame de corpo de delito	329
9.2.4.2	Outras perícias	330
9.2.4.3	Prova pericial e contraditório	331
9.2.5	Das perguntas ao ofendido	332
9.2.6	Do reconhecimento de pessoas e coisas	333
9.2.7	Da acareação	334
9.2.8	Dos documentos	334
9.2.9	Dos indícios	336
9.2.10	Da busca e apreensão	337
10	Sujeitos do Processo	339
10.1	Partes e relação processual	339
10.1.1	Parte (no sentido) formal e parte (no sentido) material	342
10.2	Do juiz	343
10.2.1	Imparcialidade	343
10.2.2	Poderes gerais e iniciativa probatória	347
10.2.3	Juiz natural	349
10.2.4	Princípio da identidade física do juiz	349
10.3	Do Ministério Público	349
10.3.1	A imparcialidade	350
10.3.2	Suspeição, impedimento e incompatibilidade: consequências	352
10.3.3	O promotor natural	353
10.3.4	Atividades investigatórias	359
10.4	Do acusado	360
10.5	Do defensor	362

XIV Curso de Processo Penal · Pacelli

10.6	Da assistência	366
10.6.1	Legitimação.....	367
10.6.2	O assistente como <i>custos legis</i>	368
10.6.3	Faculdades processuais.....	369
10.6.4	Recurso de sentença penal condenatória.....	371
10.6.5	Procedimento	372
10.7	Peritos, intérpretes e funcionários da justiça	372
10.8	Ofendido?	374
11	Da Prisão, das Medidas Cautelares e da Liberdade Provisória	375
11.1	As regras das prisões e da liberdade provisória: as medidas cautelares pessoais.....	375
11.2	As determinações constitucionais da não culpabilidade.....	377
11.3	Princípio fundamental das medidas cautelares: o postulado da proporcionalidade.....	381
11.4	As medidas cautelares, diversas das prisões.....	385
11.4.1	Regras gerais da aplicação.....	394
11.4.1.1	Poder geral de cautela?	396
11.4.1.2	A fiança e seu cabimento	397
11.4.2	Procedimento das cautelares	398
11.5	A prisão em flagrante	403
11.5.1	Considerações gerais.....	403
11.5.2	Flagrante esperado e flagrante preparado (provocado)	405
11.5.3	Flagrante diferido (controlado).....	408
11.5.4	Missões/funções da prisão em flagrante	409
11.5.5	Prisão em flagrante e situações especiais	410
11.5.6	Audiência de custódia	413
11.6	Prisão temporária	416
11.6.1	Prisão temporária e o art. 313, I, CPP	419
11.7	Prisão preventiva	419
11.7.1	Requisitos fáticos: situações legais de risco à persecução penal.....	422
11.7.2	Requisitos normativos: definição dos crimes passíveis de decretação de prisão preventiva.....	427
11.7.2.1	Exceções ao teto do art. 313, I, CPP	428
11.7.3	Prazo: a construção jurisprudencial	431
11.7.4	Prisão preventiva <i>ex officio</i>	433
11.7.5	Vedação legal à prisão preventiva	435
11.8	Prisão domiciliar.....	436
11.9	O ato prisional: generalidades.....	438
11.10	Prisão especial.....	442
11.10.1	O Parlamento e as cautelares pessoais no processo penal	444
11.11	Prisão para extradição e prisão civil.....	448
11.12	A liberdade provisória com e sem fiança	448
11.12.1	Relaxamento da prisão	453
11.12.2	Liberdade provisória com fiança.....	454
11.12.2.1	Cautelares de ofício e sistema acusatório	456
11.12.2.2	Procedimento da fiança	459
11.12.3	A restituição da liberdade do art. 283, § 1º, do CPP.....	463

11.12.4	A inafiançabilidade constitucional e a vedação <i>ex lege</i> à liberdade.....	464
11.12.5	Execução provisória.....	466
12	Das Citações e Intimações.....	469
12.1	Das citações.....	469
12.1.1	Espécies de citação.....	470
12.1.2	Citação do réu preso.....	476
12.1.3	Citação do incapaz.....	477
12.1.4	Revelia e suspensão do processo e do prazo prescricional.....	477
12.2	Das intimações.....	481
13	Dos Atos Processuais e dos Atos Judiciais.....	485
13.1	Dos atos processuais.....	485
13.1.1	Dos prazos processuais.....	487
13.2	Dos atos judiciais.....	490
13.2.1	Decisões interlocutórias.....	491
13.2.2	Decisões com força de definitivas.....	494
13.2.3	Sentenças.....	495
13.2.3.1	A correlação entre sentença e pedido.....	497
13.2.3.2	<i>Emendatio libelli</i>	498
13.2.3.3	<i>Mutatio libelli</i>	502
13.2.3.4	Motivação e dispositivo das sentenças.....	508
13.2.3.5	Intimação da sentença.....	513
13.2.4	Coisa julgada em matéria penal.....	514
14	Dos Procedimentos.....	521
14.1	Processo e procedimento.....	521
14.2	Procedimento comum.....	523
14.2.1	Procedimento ordinário.....	525
14.2.2	Procedimento sumário.....	537
14.3	Da suspensão do processo.....	539
14.3.1	Suspensão do processo: direito ou discricionariedade?.....	545
14.3.2	Revogação e cumprimento da suspensão.....	547
14.3.3	Ação privada.....	548
14.3.4	Cabimento: concurso de crimes, tentativa, causa de aumento e de diminuição.....	549
14.4	Do procedimento do Tribunal do Júri.....	550
14.4.1	Anotações introdutórias.....	550
14.4.2	Da acusação e da instrução preliminar.....	552
14.4.2.1	Absolvição sumária.....	554
14.4.2.2	Desclassificação.....	556
14.4.2.3	Impronúncia.....	558
14.4.2.4	Pronúncia.....	560
14.4.3	Da fase de julgamento.....	563
14.4.3.1	Da preparação do processo para julgamento em plenário.....	563
14.4.3.2	Do desaforamento.....	564
14.4.3.3	Jurados: recusas, imparcialidade.....	565

XVI Curso de Processo Penal • Pacelli

	14.4.3.4	Da reunião e das sessões do Tribunal do Júri.....	566
	14.4.3.5	Da quesitação	568
	14.4.3.6	Da instrução em plenário	570
14.5		Dos Juizados Especiais Criminais	574
	14.5.1	Considerações gerais.....	574
	14.5.2	Infrações de menor potencial ofensivo	576
	14.5.3	A transação penal: direito subjetivo ou discricionariedade?.....	579
	14.5.4	Competência e atos processuais	581
	14.5.5	O rito nos Juizados Criminais	583
14.6		Juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher: Lei nº 11.340/06	593
	14.6.1	Considerações gerais.....	593
	14.6.2	Competência cível e criminal: limitações constitucionais.....	595
	14.6.3	Procedimentos e medidas cautelares	596
	14.6.4	Medidas protetivas de urgência.....	599
14.7		Processo e procedimentos especiais.....	601
	14.7.1	Dos processos de competência originária.....	601
	14.7.2	Crimes contra a honra	606
	14.7.3	Crimes de responsabilidade de funcionários públicos.....	606
	14.7.4	Crimes de tráfico de drogas	609
	14.7.5	Processo penal eleitoral	628
	14.7.6	Crimes falimentares.....	631
	14.7.7	Colegiados de primeiro grau e organizações criminosas na Lei nº 12.694/12	634
	14.7.8	A Lei de Organizações Criminosas – Lei nº 12.850/13	638
	14.7.9	Crimes de lavagem de dinheiro e ativos (Lei nº 9.613/98, com redação dada pela Lei nº 12.683/12)	679
	14.7.10	Lei do Tráfico de Pessoas.....	685
	14.7.11	Lei nº 13.285/16.....	686
	14.7.12	Da infiltração policial na internet.....	686
14.8		Procedimentos e conexão e/ou continência.....	687
15		Das Nulidades.....	689
	15.1	Atos inexistentes	690
	15.2	Nulidades e ilicitudes na investigação	691
	15.3	Nulidade absoluta e nulidade relativa	694
	15.4	Nulidades: efeito devolutivo dos recursos e vedação da <i>reformatio in pejus</i>	697
	15.5	A regra do interesse nas nulidades.....	700
	15.6	A instrumentalidade das formas	701
	15.7	Causalidade: derivação das nulidades.....	702
	15.7.1	Nulidade e incompetência absoluta.....	705
	15.8	Convalidação.....	708
	15.9	A casuística do Código de Processo Penal	709
16		Dos Recursos	713
	16.1	Teoria dos recursos.....	713
	16.1.1	Princípios	716

16.1.1.1	O duplo grau.....	716
16.1.1.2	A voluntariedade dos recursos.....	717
16.1.1.3	A unirrrecorribilidade.....	720
16.1.1.4	A fungibilidade dos recursos.....	720
16.1.1.5	A vedação da <i>reformatio in pejus</i>	721
16.1.2	Regras: complementaridade, complementaridade e outras.....	723
16.1.3	Disponibilidade.....	724
16.1.4	Efeitos dos recursos.....	725
16.1.4.1	Efeito suspensivo.....	725
16.1.4.2	Efeito devolutivo.....	726
16.1.4.3	Efeito extensivo e iterativo.....	727
16.1.5	Classificações dos recursos.....	727
16.1.6	Juízo de admissibilidade dos recursos.....	728
16.1.6.1	Requisitos objetivos.....	729
16.1.6.2	Requisitos subjetivos.....	732
16.2	Da apelação.....	736
16.2.1	Cabimento.....	737
16.2.2	Efeitos.....	740
16.2.3	Procedimento.....	742
16.3	Do recurso em sentido estrito.....	746
16.3.1	Cabimento.....	747
16.3.2	Procedimento.....	751
16.3.3	Efeitos.....	752
16.4	Embargos infringentes ou de nulidade.....	752
16.5	Embargos declaratórios.....	756
16.6	Embargos de divergência.....	757
16.7	Carta testemunhável.....	758
16.8	Agravo de execução.....	758
16.9	Correição parcial.....	759
16.10	Recurso ordinário, extraordinário e especial.....	760
16.10.1	Recurso ordinário.....	762
16.10.2	Recurso especial.....	764
16.10.3	Recurso extraordinário.....	768
16.11	Ações autônomas.....	772
16.11.1	Mandado de segurança.....	772
16.11.2	Ação de revisão criminal.....	774
16.11.3	<i>Habeas corpus</i>	781
17	Relações Internacionais com Autoridade Estrangeira	799
17.1	Cartas rogatórias.....	800
17.2	Homologação das sentenças estrangeiras.....	802
	Anexo – Reforma do Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019)	805
1.	À conta de explicação necessária.....	805
2.	O modelo acusatório brasileiro.....	806
3.	O juiz das garantias: considerações gerais.....	808
4.	Competência do juiz das garantias.....	810

XVIII Curso de Processo Penal • Pacelli

5.	Juiz das garantias e natureza da infração penal	816
6.	Apreciação da prova ilícita, elementos informativos e regra de impedimento	818
7.	Extensão da proteção da imagem do preso.....	819
8.	Servidores de Polícias e militares: contraditório na investigação?.....	820
9.	Arquivamento do inquérito: novas regras de controle	820
10.	Acordo de não persecução penal.....	821
11.	Prisão e cautelares pessoais	826
12.	Audiência de custódia.....	830
13.	Controle de arquivamento da investigação.....	831
14.	Inconstitucionalidade da <i>contaminação</i> do juiz	834
15.	Lei de lavagem de ativos	834
16.	Lei de organizações criminosas (Lei nº 12.850/13).....	834
17.	Execução penal na Justiça Federal.....	836
18.	Ação penal pública condicionada.....	836
19.	Medidas assecuratórias	836
20.	Colaboração premiada.....	838
21.	Investigação criminal e informações de terceiros	842
22.	A cadeia de custódia das provas	844
23.	Dados genéticos	846
24.	Perfis balísticos.....	848
25.	Varas Criminais Colegiadas	848
26.	Execução provisória e Tribunal do Júri	849
27.	Execução da pena de multa.....	850
28.	Recursos.....	851
29.	Lei de interceptação de dados e interceptações	851
Referências		853
Índice Remissivo		861